

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2015
(Da Deputada Gorete Pereira)

Solicita informações ao Ministério das Cidades, no âmbito do Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN, sobre detalhamento da distribuição e aplicação de recursos provenientes de prêmios do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre - DPVAT .

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50 da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, solicito a Vossa Excelência seja encaminhado ao Sr. Ministro das Cidades pedido de informações sobre o detalhamento da distribuição e aplicação dos 5% dos prêmios arrecadados pelo Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN, originados do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre - DPVAT.

O DPVAT é um seguro de natureza compulsória, administrado por um grupo de seguradoras, recolhido anualmente pelos proprietários de veículos automotores, para resguardar vítimas de acidente de trânsito, transportadas ou não. Sua regulamentação encontra-se prevista na Lei nº 6.194, de 1974, e no Decreto nº 2.867, de 1998, o qual estabelece que o repasse do prêmio de seguro deva ser feito obedecendo à seguinte distribuição:

a) 45% do valor bruto recolhido, para crédito diretamente ao Fundo Nacional de Saúde - FNS;

b) 5% para o DENATRAN, para aplicação exclusiva em programa de prevenção de acidentes de trânsito; e

c) 50% para as companhias seguradoras.

Na esfera dos gastos com indenizações a segurados, foi divulgado que o DPVAT pagou mais de 760 mil indenizações em 2014, sendo que 78% (595.693) destas correspondem à cobertura por invalidez permanente, 15% (115.446), por reembolso de despesas médicas e 7% (52.226), por morte.

Os recursos do DPVAT destinados ao Sistema Único de Saúde (SUS) para ajuda no custeio do tratamento de vítimas do trânsito, em 2014, o valor transferido ao SUS teria sido de R\$ 3,8 bilhões.

Quanto aos valores percebidos pelo DENATRAN, são escassas as informações sobre o destino detalhado dado a esses recursos, de modo que solicito informações sobre:

- a) quantitativo anual de recursos provenientes do DPVAT, encaminhados ao DENATRAN nos últimos cinco anos;
- b) discriminação da aplicação do montante de recursos do DPVAT destinados anualmente, nos últimos cinco anos, segundo as ações de prevenção de acidentes de trânsito e os entes beneficiados pelos recursos;
- c) resultados de avaliações da aplicação dos recursos provenientes do DPVAT.

A resposta a essa solicitação oferecerá subsídios para a função de fiscalização da atuação do Executivo, no que se refere à aplicação dos recursos do DPVAT em relevantes ações de segurança no trânsito brasileiro.

Sala das Sessões, em de março de 2015

Deputada GORETE PEREIRA